

Planejamento das cidades e turismo: considerações sobre as questões sociais

*Mariana Aldrigui Carvalho¹
Poliana Fabiula Cardozo²*

Resumo: Considerando as interfaces entre turismo e as questões sociais, particularmente aquelas ligadas ao planejamento (das cidades e do turismo), a luta contra as desigualdades das classes e como o planejamento pode auxiliar como mediador dessa luta, este artigo tratou de reunir informações sobre o planejamento urbano da cidade de São Paulo, por meio da análise dos documentos da Operação Urbana Centro e do Plano Diretor Estratégico da cidade, trazendo considerações sobre autores que tratam do planejamento das cidades na atualidade. Apresenta, ainda, dados sobre o planejamento do turismo, procurando verificar até que ponto é possível integrar, por meio desta atividade, desenvolvimento econômico e inclusão social. Desta forma, compreendeu-se que as discussões sobre o tema tratam mais dos impactos sociais da implantação da atividade do que das possibilidades do turismo como alternativa viável de combate à desigualdade e à exclusão, ou mesmo da apresentação de resultados positivos nos casos de projetos implantados ou em desenvolvimento.

Palavras-chave: Turismo. Políticas Públicas. Inclusão Social. Planejamento Urbano

Considerações Iniciais

Compreende-se que as discussões que relacionam turismo e as questões sociais, especialmente nas publicações e eventos desenvolvidos pelos pesquisadores do turismo, tratam mais dos impactos sociais da implantação da atividade do que das possibilidades do turismo como alternativa de combate à desigualdade e à exclusão, ou mesmo da apresentação de resultados positivos nos casos de projetos implantados ou em desenvolvimento. Infelizmente, dentro do universo de fontes pesquisadas, não foi possível encontrar referências que relatassem casos concretos, ou ao menos proposições ideais, para o trato adequado de situações como a remoção/relocação de moradores de rua, a desapropriação de moradia para

¹ Universidade de São Paulo- Escola de Artes, Ciências e Humanidades. E-mail: mariana.ops@terra.com.br

² Universidade Estadual Do Centro-Oeste (PR). E-mail: polianacardozo@yahoo.com.br

peessoas de baixa renda, a redução da criminalidade, ou mesmo a oferta de capacitação profissional para membros deste grupo, cada vez maior e mais presente em cidades grandes.

Com essas preocupações em mente, o presente artigo buscou reunir apontamentos sobre a Operação Urbana Centro e o Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo; em seguida, reuniu trechos que discutem o planejamento das cidades na atualidade, destacando as idéias que o sustentam, para então apresentar o que se discute em termos de planejamento do turismo, procurando verificar até que ponto as questões sociais são abordadas, ou eventualmente mencionadas. O resultado desta seleção de referenciais é a abertura de mais um caminho para o desenvolvimento de pesquisas, seja para pesquisadores de turismo, de urbanismo ou demais áreas de interesse: a busca de estratégias inclusivas para o desenvolvimento do turismo sem prejuízo para a comunidade residente.

Apontamentos sobre a Operação Urbana Centro – São Paulo, SP

Operação Urbana é um instrumento jurídico de intervenção urbana em grande escala através da parceria público-privada e, segundo Fix (2000), é comumente apresentada como uma espécie de fórmula mágica na produção da cidade em época de crise do Estado. De maneira simplificada, trata-se de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada voltado para criação ou consolidação de novos pólos de negócios ou para a valorização de regiões degradadas. Diz Fix (2000, s/p):

No primeiro caso, os projetos de Operação Urbana geralmente incluem um importante investimento inicial do Estado, para criar uma perspectiva de valorização e assim atrair os investidores privados: a chamada “âncora” ou o “projeto motor” da operação, como, por exemplo, novas avenidas, que devem ser de algum modo propícias à construção de grandes torres, shoppings e outros empreendimentos, que pelo porte ou tipo de uso beneficiam-se da compra da exceção à legislação. (...) Mas a âncora não necessariamente precisa ser uma obra viária, como mostra o processo de renovação do Centro, no qual um sistema de investimentos em equipamentos culturais, na maior parte custeados pelo governo do Estado, vem sendo anunciado como parte de uma política de atração de investimentos privados, para desencadear um processo de valorização da região. (...) Tanto na área de expansão do capital, quanto nas regiões de “reinvestimento” imobiliário (como o Centro), vários desses processos enfrentam ou enfrentaram a resistência da população local, que se organiza para tentar impedir sua expulsão.

O texto oficial que institui a Operação Urbana Centro consta da Lei 12.349, de 6 de junho de 1997, que “estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria

incentivos e formas para sua implantação e dá outras providências”. Entre os objetivos específicos da Operação Urbana Centro, listados no artigo 2º do Capítulo I, merecem destaque:

- II – Melhorar, na área objeto da Operação Urbana Centro, a qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e usuários permanentes, promovendo a valorização da paisagem urbana e a melhoria da infra-estrutura e da sua qualidade ambiental;
- IV - Incentivar a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano;
- VI - Iniciar um processo de melhoria das condições urbanas e da qualidade de vida da área central da cidade, especialmente dos moradores de habitações subnormais;
- VII - Reforçar a diversificação de usos na área central da cidade, incentivando o uso habitacional e atividades culturais e de lazer;
- IX – Incentivar a vitalidade cultural e a animação da área central da cidade.

Em seguida, apresenta suas diretrizes urbanísticas, as quais se destacam:

- V - A conservação e restauro dos edifícios de interesse histórico, arquitetônico e ambiental, mediante instrumentos apropriados;
- VIII - O incentivo à construção de habitações.

Mais a frente, no artigo 3º do Capítulo II, ao descrever os incentivos, fica evidenciado, no texto da Lei, o estímulo para a instalação de Salões de Festa, Cinemas, Teatros e Anfiteatros, Salas de Espetáculos, Auditórios para Convenções, Congressos e Conferências, Museus, Creches e Educação e Cultura em Geral. Os trechos selecionados foram destacados por tratarem tanto de turismo como de algumas questões sociais, como a construção de habitações. Entretanto, faz-se necessário também a leitura do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo, a fim de verificar se o mesmo tipo de reflexão é possível.

Apontamentos sobre o planejamento da cidade de São Paulo

A Constituição de 1998 determina que os municípios com mais de 20.000 habitantes tenham um Plano Diretor, mas foi no Estatuto das Cidades, de 2001, em que se determinou um prazo para que o documento estivesse pronto. A cidade de São Paulo apresentou o seu Plano Diretor Estratégico em 2002. Destaca-se, para os propósitos desse ensaio, o Título I, Capítulo III – Política Urbana, transcrito abaixo:

Art. 9º - É objetivo da Política Urbana ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado e diversificado de seu território, de forma a assegurar o bem-estar equânime de seus habitantes. (...)

Parágrafo único - São funções sociais do Município de São Paulo, como centro metropolitano e capital estadual:

I - proporcionar condições gerais para melhor habitar e desempenhar atividades econômicas, sociais e o pleno exercício da cidadania;

II - garantir qualidade ambiental e paisagística;

III - facilitar o deslocamento e acessibilidade com segurança e conforto para todos, priorizando o transporte público coletivo;

IV - criar pontos de atratividade, com a implantação de equipamentos de turismo, eventos e negócios;

V - prover infra-estrutura básica e de comunicação.

Embora listados como funções sociais no mesmo parágrafo, as questões de melhoria de condições de vida para o morador (I) e criação de pontos de atratividade (IV) não parecem se relacionar, já que a primeira será tratada na Subseção II do Capítulo III (do meio ambiente e do desenvolvimento urbano) e a segunda na seção II do Capítulo I, evidenciando claramente o Turismo apenas como uma atividade econômica.

Do ponto de vista do Turismo, merecem destaque o Título II - Capítulos I (Do Desenvolvimento Econômico e Social), o Capítulo II (Do Desenvolvimento Humano e Qualidade de Vida) e o Capítulo III (Do Patrimônio Histórico e Cultural). O primeiro, trata do Turismo como atividade exclusivamente de cunho econômico, mencionando ampliação do fluxo e do tempo de permanência do visitante, criação ou melhoria da infra-estrutura para eventos, e ações de divulgação da cidade como destino. No segundo, há menção da universalização do acesso às práticas de lazer, particularmente esportivos. E o terceiro, destaca a importância da preservação, conservação, reciclagem e reutilização dos bens considerados patrimônio, histórico ou cultural, da cidade de São Paulo.

Carlos (2007, p. 94) diz que a produção de espaços de turismo e de lazer se realiza como consequência do desenvolvimento do mundo da mercadoria, que num determinado momento da história produz o espaço enquanto valor de troca, numa sociedade em que todos os momentos da vida cotidiana se acham penetrados e dominados pela realização da mercadoria suscitada pela extensão do capitalismo.

O professor Flávio Villaça, há anos envolvido na discussão e concepção de vários planos diretores, menciona que o planejamento urbano no Brasil “passa a ser identificado como a atividade intelectual de elaborar planos” e como tal, ainda segue “fechada dentro de si própria, desvinculada das políticas públicas e da ação concreta do Estado, mesmo que,

eventualmente, procure justificá-las. Na maioria dos casos, entretanto, pretende, na verdade, ocultá-la” (VILLACA, 1999, p. 222).

Em seu texto “As Ilusões do Plano Diretor”, Villaça comenta que um dos grandes equívocos do Plano é sua denominação, pois o ‘planejamento estratégico’ é uma técnica norte-americana utilizada para produzir máquinas urbanas de fazer renda, que posteriormente foi aprimorada pelos urbanistas espanhóis para receber as Olimpíadas de Barcelona, em 1992. Segundo ele, este tipo de planejamento tem como meta a competição entre as cidades no mundo globalizado e informatizado, obedecendo o ideário neoliberal.

Siqueira (2007, p. 28) comenta que, no processo de urbanização comandado pelo capitalismo, “as práticas relacionadas à cidade e ao espaço, tem sido definidas com a finalidade de produzir mercadorias, o que corresponde dizer que o domínio do espaço significa também, poder social”. Para tanto, acontece a reunião dos interesses privados e públicos, sendo que o mercado aponta o direcionamento das ações do Estado. E ainda segue “o espaço urbano vai reproduzindo a ordem econômica, expressando os modos desiguais de vida, modificando os lugares no sentido de maior segregação e de uma estrutura urbana que revela, de forma genérica, a desigualdade desse processo.” (SIQUEIRA, 2007, p. 29)

Siqueira ainda vai complementar sua crítica ao dizer que ação do Estado destrói o arcabouço regulatório quando determina à iniciativa privada a gestão da infra-estrutura, e isto segundo ele foi acompanhado por políticas de promoção do capital. “Essa ação se voltou à apresentação de soluções, mas sem questionar os princípios políticos gerais, criando formas de intervenção pontuais que ignoram muitas vezes a prática social.” (SIQUEIRA, 2007; p. 30)

Os urbanistas espanhóis, entretanto, não negligenciam as questões de integração social, ao contrário do que algumas leituras superficiais indicam. Segundo Borja (2001, p. 70),

a acessibilidade e a mobilidade internas são requisitos indispensáveis para a competitividade da cidade como “meio econômico” e para que cumpra sua função de integração social. (...) Sobre esta base se realizam operações infra-estruturais e promocionais de caráter econômico: parques tecnológicos, recintos de exposição e congressos, áreas para empresas de serviços às empresas etc. Atualmente, tende-se a considerar os equipamentos culturais e turísticos também como de infra-estruturas econômicas, assim como integrar estes usos nas mesmas áreas do território.

Vainer (2001, p. 148) dirá que a cidade, “além de herdar desigualdades da estrutura social, as aprofunda. Há, pois, toda uma ampla luta contra a desigualdade que é estritamente urbana e que deve ser travada na esfera local”. Para Fix (2000), as ações previstas para a cidade, em particular para as regiões alvo de Operações Urbanas, não impedem a concentração de renda, mas sim, funcionam como um mecanismo para que apenas uma parte da cidade continue a resolver seus problemas, utilizando o Estado como instrumento privado de acumulação.

Siqueira (2007, p.31) dirá, então, que nos planos de renovação urbana, são realizadas muitas campanhas publicitárias que levam à população a idéia de que a solução urbanística aplicada é universal, mas em fato a mesma é realizada em zonas específicas da cidade, quando nesse sentido os lugares de população de baixa renda são ignorados “São propostas que fazem parte da crença na criação de um efeito capaz de atrair mais investimentos, por meio de movimentos de indução”.

O que se extrai das opiniões apresentadas acima é que, mesmo com a manifestação de preocupação com as questões sociais, o que se percebe é que a ideologia neoliberal colocada em prática no planejamento das cidades faz com que as leis de mercado imperem, e o posicionamento estratégico ligado aos resultados financeiros ocultará, para não dizer que ignorará, as questões de habitação e inclusão. No caso de São Paulo, particularmente na região alvo da Operação Urbana Centro, tal situação é evidente.

A principal questão de cunho social, que deve ser discutida é o destino dos moradores da região alvo da Operação Urbana Centro (bem como o de outras regiões alvo de OUs), especialmente aqueles em situação mais precária. Sabe-se da realização, no local, do que a imprensa chamou de “operação limpeza da cracolândia”, que se constitui de ações organizadas pela Prefeitura para retirar sem-tetos das ruas e inibir as atividades ilegais.

Em nenhum dos documentos e *sites* da *internet* consultados para a elaboração deste artigo foi possível encontrar referências a projetos ou idéias de inclusão ou erradicação da pobreza por meio do turismo, ou de outra atividade. A maioria dos textos parte de um pressuposto que a região alvo do desenvolvimento turístico é, ou está, devidamente limpa.

A questão da inclusão social e o turismo

Uma das principais competências desenvolvidas durante a formação do bacharel em turismo é a do chamado planejamento turístico. Esta atividade é, na verdade, uma derivação do planejamento urbano que, em muitos casos, é colocada em prática sem considerar todos os aspectos necessários ao planejamento de atividades em uma cidade. De maneira simplificada, o processo de planejamento de turismo envolve um inventário detalhado do local, em busca de pontos de atratividade, seguido de uma análise diagnóstica e apresentação das propostas.

Para Keller (2005, p. 12)

Apenas áreas onde existem atrações podem ter esperanças em desenvolver o turismo com sucesso. As mais importantes matérias primas do turismo são paisagens excepcionais e identidades culturais interessantes, diferentes daquelas do local de origem dos visitantes. Entretanto, é possível criar atrações, e centros de lazer e marinas também podem ser considerados como matérias primas para o turismo. (...). Os setores ligados ao turismo, (...), não têm outra escolha a não ser estar localizados o mais perto possível dessas matérias primas. (...) Porque só assim as necessidades dos visitantes poderão ser satisfeitas. Somente a agricultura tem esse tipo de dependência específica de locais.

Cooper et al. (2007, p. 170) comentam que

apesar das muitas razões altruístas e bem intencionadas apresentadas de vez em quando para apoiar o desenvolvimento do turismo, (...) são as vantagens econômicas que apresentam as principais forças direcionadoras para o desenvolvimento da atividade. (...) são os principais motivadores para a inclusão do turismo como parte de uma estratégia de desenvolvimento.

Os mesmos autores apontam que a economia de muitos países vem experimentando crescimento em seus setores de serviço, ainda que os setores agrícola e manufatureiro vivam momentos de estagnação ou declínio. Para eles, “o turismo é o maior setor prestador de serviços e, como tal, tem sido parcialmente responsável pelo crescimento do setor”. (COOPER et al, 2007, p. 170).

Atualmente, há um grande número de pesquisadores desenvolvendo análises sobre o turismo brasileiro, partindo de proposições teóricas oriundas das diversas áreas do conhecimento. No campo do planejamento da atividade, o autor brasileiro de maior expressão é Beni, que desenvolveu um proposta para a compreensão do turismo por meio do desmembramento de seus componentes, segundo a Teoria dos Sistemas, criando o que

convencionou-se chamar de SISTUR. Nesta proposta, o autor apresenta três grandes conjuntos: o Conjunto das Relações Ambientais, o Conjunto da Organização Estrutural e o Conjunto das Ações Operacionais. É no Conjunto das Relações Ambientais que é possível encontrar as análises acerca dos impactos do turismo. Este conjunto se divide em quatro subsistemas: o ecológico, o social, o econômico e o cultural. Nos quatro subsistemas, busca-se apresentar os impactos do turismo nas esferas tratadas, entretanto são raras as menções às questões de interesse social de fato. Para o autor, “merecem atenção especial os destacados efeitos econômicos que ele (o turismo) causa, de expressiva importância para o processo de desenvolvimento da economia e, por sua vez, dos índices sociais e do padrão de vida da população” (BENI, 2000; p. 65). Ao tratar do subsistema social, apresenta a comunidade local como sendo

aquele coletivo humano que recebe uma dupla corrente migratória: a turística e a laboral; influi sobre ambas e se vê afetado por elas. É uma coletividade de pessoas que compartilha uma área territorial limitada, que lhe serve de base para realizar a maior parte de suas atividades cotidianas; participa de uma cultura comum; acha-se ordenada em uma determinada estrutura social; revela consciência de sua unidade e identidade própria com o grupo. (BENI, 2000; p.82)

Segundo Casimiro (2002) o turismo “é uma das alternativas capazes de induzir melhoria na qualidade de vida de suas populações, gerando renda e emprego”. Ele não está sozinho nesta afirmação. Desde que os administradores públicos perceberam os benefícios do desenvolvimento da atividade turística nas cidades brasileiras, este argumento tem aparecido em muitos discursos e documentos.

Gastal e Moesch (2007, p. 18) explicam que a complexidade das cidades leva a reconsiderar pensamentos que tratam não mais do que da padronização nos processos culturais atuais mas também no sentido de dimensioná-los na “emergência das diferenças, colocando novos desafios à construção e ao exercício da cidadania em sociedades multiculturais”. Quando as autoras lançam essa reflexão, não excluem o turismo de suas preocupações, quando dizem que as localidades não apenas usam o meio natural para atrair visitantes, mas também as cidades, que contam com alta performance de produto turístico. O que significa dizer que as cidades, que antes do advento turístico já eram complexas, contam com elementos a mais: o turismo, o turista e seus impactos.

Kotler (2006) exemplifica os impactos do turismo, positivos e negativos, da seguinte forma:

- *Econômicos*: propicia injeção de renda, melhora a distribuição da mesma, porém há aumento de preços e por vezes uma forte dependência da atividade, que é fortemente sazonal em alguns destinos;
- *Sociais*: leva a uma melhoria na qualidade de vida e acelera mudanças sociais, ao mesmo tempo que leva ao aumento da tensão social por conta do acesso a serviços de luxo;
- *Culturais*: pode levar a um maior interesse da população local pela própria cultura, a uma conservação dos monumentos, mas também a uma descaracterização das manifestações culturais do povo.

Kotler et al. (2006) dirão que a reforma e o planejamento urbanos se concentram em melhorar o design de um lugar e a qualidade do meio ambiente. Nada mencionam sobre os residentes, especialmente aqueles que moram nas proximidades dos pontos de atração. Coriolano (2006, p. 16) comenta que “como atividade produtiva, o turismo é indutor da produção espacial e passou a ser visto como política de desenvolvimento regional, capaz de colaborar na erradicação da pobreza”. Tal preocupação, a de entender o turismo como um vetor de desenvolvimento não apenas econômico, se vê refletida na frase de autoria desconhecida de que a “cidade boa para o turista é aquela que é, antes, boa para o morador”. O que se percebe, entretanto, é que a maioria das políticas voltadas ao turismo, segundo Coriolano (2006) contribui para concentrar riqueza, dificultando o combate à pobreza.

Yázigi (2003, p. 13) comenta, entretanto, que o turismo é incompatível com a miséria, e que o desenvolvimento turístico pode ser um trampolim para a cidadania, já que se nutre de cultura e qualidade ambiental. Gastal e Moesch (2007, p. 55) complementam essa assertiva quando dizem que as condições elementares para desenvolver o turismo nas cidades demandariam a criação de um imaginário positivo sobre as mesmas, e que este deveria ser expresso sobretudo “na qualidade de vida dos moradores, em termos de educação, limpeza pública, saneamento, presença de espaços verdes, de áreas de lazer públicas, marcando um bem viver que encaminhe o bem receber”. Mas essas reflexões não podem ser encaradas

como concluídas, deve-se considerar os desafios para alcançar essa proposição, particularmente no que tange ao conflito entre os moradores incluídos e excluídos dessas benesses.

Siqueira, em seu estudo sobre Turismo e Favelas (2007, p.15), conclui que entre as questões sociais mal equacionadas relacionadas à miséria estão as favelas que, afetando grandemente o espaço turístico, não têm vindo à pauta das preocupações das políticas de urbanização nos municípios voltados ao turismo.

Dowbor (apud CORIOLANO, 2006, p.32) acentua que “os desequilíbrios econômicos gerados pelo capitalismo tornam difíceis um turismo efetivamente cultural e um pleno contato entre pessoas diferentes, mas não desiguais”. Muitas vezes forma-se uma relação de pedintes de um lado, à procura de eternas propinas e de superiores arrogantes do outro, normalmente com frustrações tanto de residentes como de visitantes.

Faz-se necessário destacar que a produção acerca do planejamento turístico raras vezes trata de grandes cidades e metrópoles. Os principais exemplos são de cidades litorâneas ou com atrativos restritos a uma determinada área, e em geral destinos de práticas de lazer. Cruz (2007, p. 201) argumenta que:

diferentemente dos mais alardeados destinos turísticos do mundo, nos quais predominam práticas de turismo de lazer e cujos territórios são pensados e projetados para atender a lógicas próprias de uso do tempo livre do trabalho, em São Paulo são os segmentos de negócios e eventos os que se destacam entre todas as estatísticas de turismo, como os maiores mobilizadores de fluxos para a cidade.

Isto na verdade significa que a cidade de São Paulo, um destino visitado principalmente por turistas que para ela se dirigem a fim de participar de eventos, congressos ou convenções, e que, em sua maioria, vêm para encontros de negócios, tem em sua oferta artística e cultural o que se pode chamar de atração complementar. O equipamento em questão não é o principal motivador, mas uma visita ao Museu da Língua Portuguesa ou à Pinacoteca, por exemplo, complementam e melhoram a experiência do visitante. Entretanto, os atrativos que melhor representam a história e a cultura da cidade estão na região central (grande parte deles na área alvo da Operação Urbana Centro), região esta famosa pela insegurança, altos índices de criminalidade e presença dos grupos tidos como indesejáveis ao turismo, ainda que em muitos casos, e certamente em São Paulo isso poderá ser comprovado, o próprio turista

estimula a disseminação de práticas como a prostituição, a venda de produtos falsificados e o tráfico de drogas.

A grande maioria dos relatos envolve a argumentação da melhora na balança de pagamentos (exportação da paisagem), o que deveria, por consequência, melhorar a distribuição de renda e gerar mais empregos. Na prática, o que se vê nos variados destinos brasileiros é a inflação do preço da terra, e a saída dos moradores (que vendem suas casas a preços questionáveis) e a importação de mão de obra sob o argumento de que no local não há qualificação suficiente.

Lamentavelmente, para os propósitos desta reflexão, não foram encontrados relatos de estratégias que pudessem, mediante adaptações e adequações, contribuir aos objetivos constantes dos documentos analisados (Operação Urbana Centro e Plano Diretor Estratégico da Cidade), quais sejam, o de melhorar a habitação e a qualidade de vida dos moradores do centro, ao mesmo tempo em que se estimula o desenvolvimento do turismo.

Considerações Finais

Um dos autores consultados, Keller (2005, p. 14) comenta em seu texto que o processo irreversível da globalização costuma ser responsabilizado por vários desenvolvimentos negativos, e usa expressões como terrorismo econômico e ditadura do mercado financeiro. Para ele, esta visão é equivocada porque a globalização “leva ao tipo de crescimento necessário para combater a pobreza”. Coriolano, uma das brasileiras pioneiras na busca da compreensão dos impactos da atividade turística, acredita que há pelo menos dois tipos de ideologias por trás das políticas e estratégias dos sujeitos produtores do turismo – para alguns o turismo é uma atividade redentora, e para outros uma atividade devastadora da natureza e comprometedora da sociedade. Não está claro, ainda, se efetivamente um dos efeitos da globalização é a criação de oportunidades que auxiliem na erradicação da pobreza, e se o turismo pode deixar de ser uma atividade que, por conta dos benefícios econômicos, deixe um rastro de prejuízos sociais e ambientais.

Particularmente na cidade de São Paulo, as propostas oficiais manifestadas por meio do Plano Diretor Estratégico e do texto da Lei que cria a Operação Urbana Centro manifestam um equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e a garantia da qualidade de vida dos

moradores que na prática não se viu até o momento. A Operação Urbana propõe a melhoria da qualidade de vida para os moradores locais, e uma valorização generalizada da região, para ampliar o orgulho dos moradores e aumentar o interesse dos visitantes. Entretanto, as operações de limpeza social que são noticiadas pela imprensa com alguma frequência mostram que o ideal é bem distante do real.

O Plano Diretor Estratégico dá bastante destaque para investimentos no turismo como se não houvesse condições pré-existentes que limitem algumas ações, dando a entender que o que não foi feito até agora é resultado apenas de incompetência de gestores anteriores, e não do fato de as regiões possuírem problemas sociais e ambientais que devem ser sanados adequadamente para então estimular o desenvolvimento do turismo. Além disso, não é capaz de ligar às ações propostas para o turismo com iniciativas de qualificação e de inclusão social, em uma área em que a mão de obra de base é fundamental para a garantia da qualidade da experiência do visitante.

É um fato inegável que as cidades foram transformadas em produtos a serem colocados na prateleira internacional ao lado de concorrentes similares, competindo por investidores e turistas, priorizando os interesses de pequenos grupos, afastando, segregando até, os membros das classes menos favorecidas. É o que, cruelmente, se chama de higienização do destino. Em muitos casos apontados pelos autores consultados, o papel do Estado fica restrito à execução das instruções ditadas pelo mercado.

Urge que os estudiosos do turismo se familiarizem com as pesquisas acerca do planejamento e desenvolvimento das cidades, para que suas propostas não sejam tão utópicas e desvinculadas da realidade. Da mesma forma, recomenda-se aos estudiosos e desenvolvedores de estratégias para as cidades, que considerem o turismo não apenas como uma atividade de elite, mas sim um setor econômico capaz de gerar emprego de baixa qualificação, que pode levar a uma melhor distribuição da renda, permitindo aos diretamente envolvidos uma melhoria em sua qualidade de vida.

Por outro lado, é importante que não se negligencie a questão da lógica do comportamento turístico, pois as atividades marginais costumam proliferar justamente no entorno de centros de atração de visitantes, dada a disponibilidade de dinheiro para sustentar tais atividades (leia-se prostituição e comércio ilegal, por exemplo).

São várias as lacunas que se abrem ao final deste, e que, espera-se, possam seduzir outros pesquisadores:

- de que forma integrar as idéias de desenvolvimento econômico e social de um destino por meio do estímulo à atividade turística?

- até que ponto a presença de grupos de baixa renda e trabalhadores da ilegalidade é inibidor do desenvolvimento turístico?

- como manter habitações populares em regiões turísticas sem que a condição de vida no local se torne atrativo às avessas para o turismo (vide os *tours* em favelas no Rio de Janeiro)?

- que alternativas podem ser apresentadas nos casos em que a desapropriação de espaços com vistas ao desenvolvimento do turismo desaloja antigos moradores das regiões centrais?

Não há dúvidas de que há muito por pesquisar, e que os esforços de pesquisadores de diversas áreas deverão ser reunidos na busca de soluções que universalizem o acesso à qualidade de vida nas cidades. Além disso, há o que se melhorar em termos de desenvolvimento de políticas públicas que não sejam tão compartimentadas, e que possam, além disso, serem implementadas de maneira eficaz.

Referências Bibliográficas

BENI, Mario. **Análise Estrutural do Turismo**. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

BORJA, Jordi. Urbanização e Centralidade *in* **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo, Editora Terceiro Nome. Viva o Centro. Imprensa Oficial do Estado, 2001 - pgs. 69-71.

CARLOS, Ana Fani. Cidades. *In*: PINSKY, Jaime. **O Brasil no Contexto: 1987-2007**. São Paulo: Contexto, 2007 (85-97)

CASIMIRO F^o, Francisco. **Contribuições do Turismo à Economia Brasileira**. Tese de Doutorado. Piracicaba: Esalq/USP, 2002.

CMI (Centro de Mídia Independente). Limpeza social no centro de São Paulo. Disponível em <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/05/316831.shtml>. Acessado em janeiro de 2008.

COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia. **Os Paradoxos do Turismo na Cidade de São Paulo**. *In*: CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs) **Geografias das Metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

- FGV. Boletim de Desempenho Econômico do Turismo. Agosto de 2007. Ano IV número 15. Disponível em http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Boletimdedesempenho/boletim_15__relatorio_de_segmentos.pdf. Acessado em novembro de 2007.
- FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da “parceria”: operações urbanas em São Paulo. In: Secretaria Municipal de Urbanismo. Cadernos de Urbanismo. Ano1/No 3. Rio de Janeiro: SMU RJ, 2000. Disponível em http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j_whitaker/fixopurb.html, acessado em novembro de 2007.
- GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- KELLER, Peter. Uma nova maneira de ver o turismo global. In: TRIGO, Luiz G. G. et al. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.
- KOTLER, Philipp et al. **Marketing de Lugares: como conquistar o crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe**. São Paulo: Prentice Hall, 2006.
- SIQUEIRA, Maria Eliza S. A. **Turismo e Favelas: necessidades e possibilidades**. São Paulo: FFLCH, 2007 (Tese de Doutorado).
- VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR - Ética, planejamento e construção democrática do espaço, vol. 1 ANPUR, 2001 - págs. 140-151
- VILLACA, Flavio. As ilusões do Plano Diretor. Disponível em http://www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/0508_a_ilusao_do_pd_villaca.pdf, acessado em janeiro de 2008.
- VILLACA, Flavio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.
- YAZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer**. São Paulo: Contexto, 2003.